



O jornal A Cidade e a legitimidade de um discurso sobre o jornalista¹

Éverly PEGORARO²

Universidade Estadual do Centro-Oeste - Unicentro, Guarapuava, PR

RESUMO

O artigo analisa como o periódico A Cidade, de Guarapuava, município da região centro-sul do Paraná, apresentava a função do jornalista na sociedade e como procurava legitimar esse discurso, em meados de 1930, época do surgimento do jornal. A partir da análise do discurso jornalístico e da contextualização do período histórico-social naquele momento, verifica-se o que o porta-voz do veículo de comunicação pensava sobre o jornalismo, sua legitimidade e sua importância na sociedade de Guarapuava. A análise dos discursos manifestos nos jornais propicia acompanhar o movimento das idéias que circulam em uma determinada época, o ideário e a prática política dos representantes da imprensa e de quem eles representam e como seus objetivos se aproximam e se afastam segundo conveniências do momento.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalista; Discurso; História; A Cidade; Guarapuava.

“Uma terra sem jornal é um navio solto sem rumo a mercê dos ventos” (A Cidade, 1934, p. 3). É com este argumento que A Cidade procurava convencer a sociedade de Guarapuava, município do centro-sul do Paraná, em 1934, a acreditar no novo periódico que surgia. Como todo jornal em início de atividade, era necessário conquistar assinantes. O discurso de convencimento passava pela afirmação de que um jornal relaciona-se com o índice de cultura de um povo.

Essa era uma época ainda marcada pelas sequelas da Crise de 1929 e que vivia as consequências da Revolução de 1930, a qual contou com o apoio e a participação de representantes da classe dirigente do Paraná (OLIVEIRA, 2004). Tradicionalmente com características agropecuárias, o município de Guarapuava procurava ser reconhecido como pólo econômico diante do Estado e do país.

O periódico A Cidade também procurava se legitimar perante a sociedade como um espaço de comunicação confiável e batalhador pelo bem comum. O objetivo desse artigo é justamente mostrar quais argumentos de legitimação são utilizados pelo jornalista para sedimentar seu lugar social e como ele próprio se vê perante a sociedade.

¹ Trabalho apresentado no DT1 Jornalismo, GP História do Jornalismo, do IX Encontro dos Grupos/Núcleos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professora do Departamento de Comunicação da Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro, email: everlyp@yahoo.com.br.



Pode-se considerar esses argumentos como parte de uma memória discursiva de representação, historicamente construída para legitimar a identidade e o papel social do jornalista na sociedade. Assim como as identidades são móveis, historicamente construídas e contextualizadas, as construções de sentido advindas dos discursos jornalísticos também o são. Refletir sobre como o jornalista se vê, se apresenta e é visto pelo público receptor de informações é uma forma de perceber como muitas dessas construções legam para a memória um papel social legitimado, apontando os profissionais da imprensa, ou “operários da pena” (O Sr...,1934, p.1), como indivíduos que estão a serviço do bem público através da palavra.

A Cidade disputava espaço com outros periódicos em Guarapuava e na região. Financiado pela empresa Matte Guayra Ltda., o periódico foi fundado em meados de 1933. Ao que tudo indica, seu começo não foi marcado pela periodicidade. Sabe-se que a primeira edição circulou em junho desse ano (O nosso..., 1934, p.1). Como em 8 de dezembro de 1933³ registra-se a 12ª edição, pressupõe-se que não houve edições semanais constantes até então. A partir de 1934, a situação muda. Mais reconhecido e estabelecido, o impresso mantém sua periodicidade, inclusive ofertando especiais ilustrados.

As edições eram distribuídas aos domingos. Nas quatro páginas, havia algumas colunas fixas: Coluna Forense (dedicada a assuntos jurídicos); A Cidade Social (espaço dos eventos sociais); Indicador d’A Cidade (uma espécie de publicidade para alguns profissionais liberais) e A Cidade nos Distritos (matérias dos distritos de Guarapuava, fornecidas por correspondentes, que não assinavam os textos). Além disso, eram veiculados artigos, poesias, notas de falecimento, visitas a redação, assinantes que ganhavam prêmios por pagarem a assinatura em dia, classificados e, obviamente, publicidades. Notícias do Clube Guayra sempre estavam presentes no jornal. Este clube era um dos principais lugares de encontro da sociedade guarapuavana.

Em janeiro de 1934, já é possível perceber um discurso mais ousado do periódico, no que se refere a sua postura perante outros veículos de comunicação. Na capa, logo abaixo do título, seguem-se duas afirmações que funcionam como uma espécie de slogans: “Jornal independente publicado pela Matte Guayra Ltda.” e “Semanário de maior circulação no Paraná”. Paulo Demario aparecia como diretor responsável. Este já havia dirigido outro periódico, O Liberal – órgão da consciência

³ Esta é a primeira edição que se encontra disponível no Arquivo Histórico de Guarapuava, localizado na Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro.



livre de Guarapuava. Lançado em novembro de 1929, o jornal assegurava que, “nesta hora máxima de civismo, personifica, em traços largos o movimento político da Aliança Liberal, em Guarapuava” (PILOTTO, 1976, p.55).

Na primeira página de A Cidade, estava o assunto principal (ou artigo de fundo, como o próprio periódico o denomina). Apesar de não assinado, o texto geralmente apresentava-se em primeira pessoa, tomando para si as opiniões que ali estavam relatadas. O uso de terceira pessoa no jornalismo transmite as supostas impessoalidade e objetividade das informações, suprimindo o autor do texto de eventuais responsabilidades de opiniões que possam causar incômodos. Nessa parte do jornal, a mais importante de A Cidade, como o próprio jornalista argumenta, o periódico apresenta suas posições, seus questionamentos, suas críticas e suas cobranças ao assunto que considera de mais importância naquela edição.

Percebe-se ao longo das edições analisadas⁴, uma constante contradição entre a posição de neutralidade que o periódico fazia questão de assumir perante a sociedade e a veemente vontade de defender pontos de vista, muitas vezes criticados pelos próprios leitores do impresso.

Na edição de 11 de março de 1934, o periódico lança, na página quatro, um aviso para os seus leitores, argumentando que os interesses do jornal eram superiores aos pedidos dos seus leitores e demonstrando, claramente, a posição de autoridade/hierarquia na relação jornal/leitor. Questionado por leitores sobre a não veiculação do “caso do Clube Guayra”⁵, a qual argumentavam ser do interesse da coletividade, A Cidade toma uma posição dura e incisiva: “respondemos a todos e uma vez por todas: NÃO TRATAREMOS”. A justificativa era de que o veículo de comunicação não trairia seus princípios, ao atender a interesses de grupos específicos e abandonar a defesa pelos interesses vitais do município. Àqueles que não concordassem, alertava: “ficam autorizados a DEVOLVER ESTE JORNAL, e receber a importância da assinatura si já pagaram-n’a” (Roupa..., 1934, p.4).

Em outra ocasião, o periódico sugere uma espécie de campanha entre os assinantes para que indiquem que colunas gostariam de encontrar no jornal. O motivo para isso, de acordo com o texto, é contentar a todos, incluindo aqueles que o estavam

⁴ Neste artigo, a análise do jornal A Cidade embasou-se nas edições presentes no arquivo histórico localizado na Universidade Estadual do Centro-Oeste. Foram analisadas uma edição de 1933 (a única desse ano disponível para consulta) e as edições arquivadas entre os meses de janeiro a julho de 1934. Considera-se que o recorte foi suficiente para embasar os objetivos desta pesquisa.

⁵ Justamente pelo fato de o periódico se recusar a expor a situação, não foi possível apurar do que se tratava o “caso do Clube Guayra”.



criticando negativamente. Entre essas críticas, estaria a de que A Cidade não despertava comentários ou entusiasmo com os assuntos que enfocava e de que o teor dos textos era muito agrícola e pecuário. “Temos procurado focalizar todos os assuntos que mais de perto interessam nossa terra” (Diga..., 1934, p. 2), alegava o diretor Demário.

Por outro lado, o jornal diz que, nos assuntos que veicula, procura ter uma postura de cautela, justificando o “crédito que, mercê da nossa inatacável conduta de orientadores da opinião pública, vimos mantendo desde o início da nossa publicação. Confessamos o receio de perder, por motivo de publicação menos ponderada, mal estudada, essa posição indispensável na vida de um jornal”. Os conceitos de objetividade e imparcialidade estão presentes no discurso do periódico: “Tivemos e temos sempre a escudar as ideas irradiadas destas colunas a moral que rege a imprensa honesta, cimentada nas bases da verdade acima de tudo...” (Tudo..., 1934, p.1).

Entretanto, as supostas objetividade e imparcialidade do periódico são deixadas de lado, algumas vezes. Ao responder às críticas de o Correio do Paraná, jornal publicado na capital do Estado, A Cidade aponta algumas características de seu posicionamento político e do que pensa de si própria, enquanto veículo de comunicação. Irritada pelo fato de o Correio do Paraná não acreditar na construção de uma estrada de ferro (assunto presente em todas as edições desde que o jornal “comprou a briga” pela realização da obra), A Cidade chama o Correio do Paraná de órgão pelepista (pertencente ao grupo político PLP). Quando este último dizia que o problema continuava sem solução, o primeiro dizia que a intenção era de, numa manifesta má fé, diminuir a sinceridade do atual Interventor do Estado no tocante à construção da estrada de ferro.

Não calçamos, porque não nos serve, a carapuça de “imprensa palaciana”. Muito pelo contrário. Temos sido terríveis adversários do Palacio Rio Branco e não soubéssemos guardar a necessária serenidade de órgão da opinião pública do Oeste Paraná estaríamos hoje trilhando o caminho da insinceridade e do pessimismo porque enveredou o colega da Capital. (...) negar a evidencia dos fatos concretizados num surpreendente conjunto de provas é, positivamente, dar uma triste amostra de falta de ética jornalística (O Ramal..., 1934, p.1).

Em outra edição, o jornal aponta sua “atitude de desconfiança e retraimento com relação a atual Prefeitura”. No texto principal de capa, informa que um novo Conselho Consultivo tomou posse no município, por decreto da Interventoria do Estado. Ao que tudo indica, aprovava o nome dos três membros do conselho, afirmando que sua atuação



seria de cidadãos capazes, cheios de patriotismo. A partir desses argumentos, o jornalista “passará a olhar a administração municipal (...) por um novo prisma até que a sua convicção e a sua fé as desvaneça por uma fatalidade” (A posse..., 1934, p.1).

Mesmo que, em algumas situações, o jornal prefira manter-se fiel a sua postura e seus interesses, mesmo que isso não agrade o seu público leitor, como foi mostrado acima, em outras ocasiões aparece como o mais legítimo representante de Guarapuava, pois é “porta-voz da coletividade” e “advogado da sociedade” (Um..., 1934, p.1). A manchete de um dos seus artigos salienta esse último papel assumido: “Justiça não se pede e não se implora! Justiça se exige e se impõe!” (Justiça..., 1934, p.1).

O discurso jornalístico pode ser entendido como o poder simbólico de construir versões da realidade, interpretando, privilegiando e dando visibilidade a sujeitos e situações, procurando, com isso, a própria legitimação de seu discurso perante a sociedade, através de sua função mediadora. Pierre Bourdieu explica que a eficácia simbólica da palavra depende de seu porta-voz e da credibilidade que este dispõe no campo social.

O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a acção sobre o mundo, portanto, o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário (BOURDIEU, 1989, p. 14).

O jornalismo constrói significações que são projetadas na imaginação do receptor. Ao apreender conteúdos simbólicos contidos no discurso jornalístico, ele percebe e simultaneamente experimenta o mundo. Essa recepção torna-se, então, um ato mediador de construção de sentidos.

A capacidade de fazer existir em estado explícito, de publicar, de tornar público, quer dizer, objectivado, visível, dizível, e até mesmo oficial, aquilo que, por não ter acedido à existência objectiva e coletiva, permanecia em estado de experiência individual ou serial [...] representa um considerável poder social, o de constituir os grupos, constituindo o senso comum, o consenso explícito, de qualquer grupo (BOURDIEU, 1989, p.142).

Essa mediação entre o que a sociedade precisa e os interesses ditos da coletividade pode ser percebida em uma matéria sobre um dos assuntos preferidos de A Cidade: a suinocultura. No texto, o periódico cobra da administração pública mais



fiscalização e rigor no comércio de suínos entre Guarapuava e São Paulo. “É com a consciência no cumprimento do dever de defensores da coletividade guarapuavana, que lançamos este apelo ao zeloso administrador do município em nome dos que pagam os seus impostos (...) É preciso que seja agarrado pela gola do casaco e entregue a policia os renitentes para consolo moral dos honestos contribuintes...” (Industria..., 1934, p.1).

Em outra matéria, o jornal defendia a continuidade da construção de uma estrada de ferro, sob responsabilidade da empresa Braviaco, e que estava judicialmente paralisada desde o decreto número 300, do Interventor do Paraná, general Mario Tourinho. Ele rescindiu o contrato entre o Estado do Paraná e a referida Companhia de Viação e Comércio. O jornalista colocava-se como porta-voz autorizado e acatado pelo povo de Guarapuava que lutava pela continuidade da construção, pois entendia-se que a estrada Riosinho – Guarapuava seria a ligação da região com a modernidade e o desenvolvimento.

Nós estamos onde sempre estivemos, sentinelas alerta (sic), esquecendo tudo e tudo fazendo quando se trata do interesse coletivo de nossa terra estremecida. A nossa Empresa que dotou Guarapuava de uma boa imprensa, de uma elegante casa de diversões e de muitos outros melhoramentos imprecindíveis, cala as vezes as magoas do coração causadas pelo impatriotismo e ignorancia de poucos, para aplaudir as iniciativas de muitos abrindo as colunas do seu jornal para as campanhas propugnadoras do bem de Guarapuava (A legalidade..., 1934, p.1).

A posição de defensor da coletividade vinha acompanhada da postura de cobrança por soluções da parte do poder público. Em 20 de maio de 1934, o jornal denunciava que o distrito de Campo Mourão não dispunha de autoridades policiais. Ao fazer essa denúncia, o jornalista questionava, ironicamente, se o local não tinha os seus representantes políticos que pudessem exigir uma solução para a questão e, nas entrelinhas, colocava-se na posição ausente dos representantes políticos. Afirmava que publicava os pedidos das populações dos distritos e da cidade, mas não sem antes avaliar se a questão estava ao alcance de ser resolvida pelos poderes competentes.

Os pedidos da coletividade, feitos por este jornal, lamentavelmente, tem tido efeito negativo! Nem por isso desanimamos. Continuaremos trabalhando em prol da coletividade veiculando todas as suas queixas e reclamações que julgarmos razoaveis e possiveis de ser atendidas na medida dos recursos dos poderes competentes, e nesse propósito iremos ao fim da nossa jornada, fechando as nossas colunas para as questões pessoases, mas abrindo-as, gostosamente, para o clamor dos angustiados, apoiando os que trabalham pelo bem da coletividade... (O futuroso..., 1934, p.3)



Muitas vezes, o jornalista assume papéis, perante o seu público leitor, de educador, juiz, conselheiro. Exemplo disso está na edição de 18 de março de 1934, em uma matéria alarmante sobre o número de pessoas com tifo no distrito de Juquiá, distante “12 léguas” de Guarapuava. O texto anunciava 12 vítimas em 24 horas.

Nos lugares mais longínquos, no sertão principalmente, está se tornando uma verdadeira calamidade. Urge que os poderes públicos tomem as mais enérgicas e urgentes providências, afim de que sejam socorridos os enfermos pobres dessa região, que estão morrendo a míngua de recursos, e no sentido de promover o isolamento dos enfermos, evitando que o mal se alastre até a cidade. (A epidemia..., 1934, p.4)

Mesmo com essa cobrança, o texto não se mostra otimista com as possíveis atitudes que podem ser tomadas. “Não espere o público as providências dos poderes públicos. Elas na melhor das hipóteses (...) poderão vir, mas dependem, para que sejam mais amplas e profícuas, de recursos por parte do Governo do Estado e nesse pressuposto vão demorar, si não chegarem já muito tarde” (A epidemia..., 1934, p.4). Em seguida, o jornalista sugere formas de a população se prevenir: manter seus quintais limpos, tomar água fervida e lavar bem frutas e verduras, Isso era necessário, pois a cidade era mal cuidada, sem água encanada e sem esgoto, acusava o jornal.

Outro exemplo da posição de cobrança perante autoridades públicas ocupada pelo jornalista encontra-se em uma matéria de cunho policial. A referida vítima – que já havia sido notícia em edição anterior por ter sido “injustamente acusada por outro veículo de comunicação de Ponta Grossa, o Diário dos Campos” – dizia ter sofrido uma tentativa de assassinato. Sobre o ocorrido, dizia o periódico: “É preciso pois que a polícia aja com a máxima energia para descobrir o autor do atentado. É preciso que a sanção da lei recaia sobre o verdadeiro autor do atentado seja ele quem for” (Tentativa..., 1934, p.1).

Mas as cobranças do jornalista também atingiam a própria sociedade, na escolha de seus representantes, por exemplo. Em um artigo, ele informa o resultado de um pedido feito por 803 lavradores e pequenos criadores, os quais enviaram um documento ao Interventor Federal, pedindo a suspensão temporária do pagamento de imposto sobre carroças de serviços de lavoura e de transporte de produtos até a cidade. O despacho emitido pelo governo foi o seguinte: “Em face da informação, archive-se”. O jornalista diz não estar surpreso com o tom lacônico da afirmação, já que os detentores de poder não precisavam de prestígio popular. “Essa circunstancia os faz esquecer das aspirações



populares, por mais legítimas que sejam elas. Não culpamos, por isso, os governos. Culpa tem, unicamente, o povo, que não sabe fazer valer a sua vontade, que não exerce a sua incontestável soberania” (Em face..., 1934, p.1). O texto aconselhava, então, que lavradores e pequenos criadores ficassem atentos quando alguém viesse lhes pedir voto. O jornal colocava-se na posição solidária à causa e à indiferença com que foram tratados.

Nós que amparamos o vosso justo movimento, sentimos com todos vós o pezo da mesma decepção! Silenciai e aguardai o tóque de alérta que partirá, um dia, das mesmas colunas que são repercussadoras (sic) do grito angustiado dos oprimidos e a tribuna de defeza das aspirações populares tornadas um mito, um brinquedo dos poderes por nós mesmos instituídos! Comvosco e por vós aqui estaremos sempre, sentinela alerta vigiando os ataques contra o reducto do vosso labor incessante! (Em face..., 1934, p.1)

O sentimento patriótico também estava presente no discurso de A Cidade, reflexo do contexto econômico e social da época. Isso é possível perceber na edição de 25 de março de 1934: o jornal faz um discurso sobre patriotismo e a necessidade de consumir produtos nacionais, ao exaltar a primeira remessa de trigo produzido em Guarapuava para Ponta Grossa, pelo Moinho Guarapuavano, dos arrendatários da Prefeitura Ciscato & Cia, um dos anunciantes do periódico.

Guarapuavano! Recusai o trigo estrangeiro! Exigi somente o trigo guarapuavano! Essa é a mais justa, mais humana e mais patriótica defeza da economia própria e dos interesses nacionais! O patriotismo de uma nação não se caracteriza pela maviosidade de seus cantos guerreiros nem pela habilidade no manejo do fusil. É muito mais belo o sulco aberto pelo arado da terra... (Guarapuava..., 1934, p.1)

Na edição do primeiro aniversário de A Cidade, o jornalista faz algumas reflexões interessantes a respeito do seu ofício e da imprensa que é, na sua opinião, “a mais árdua e penosa tenda de trabalho” (Eduardo..., 1934, p.1). Na edição especial comemorativa, em 15 de junho de 1934, o jornal circulou com oito páginas e um suplemento ilustrado. No dia 24, como parte das comemorações, o veículo de comunicação anunciava que apoiaria a exibição do filme Diabo Branco, a qual já estava sendo anunciada em clima de suspense há algum tempo.

Na edição comemorativa, o periódico apresenta uma série de ações concretas que o jornal teria feito em prol do bem da sociedade guarapuavana. “Incentivamos as industrias embrionarias e ministramos ensinamentos nas que ainda não haviam sido experimentadas”. O papel de julgar mais uma vez é salientado: “Soubemos ser rigorosos



com os que cometeram erros sanáveis acentuando no rigor da nossa crítica a advertência de que este jornal não tolera os que persistem no erro. Quando, porém, sentimos que as nossas recriminações não teriam força de remediar o mal tivemos a nobreza de respeitar a dor do que sofreram” (O nosso..., 1934, p.1).

Demario analisa as aventuras e desventuras da profissão. Afirma que poucos sabem como é “sensaborosa” a vida de um jornalista, mesmo que seja uma trajetória iluminada. “O jornalista precisa revestir-se de um ânimo heroico e compenetrar-se que desempenha uma missão traçada pelo destino, de passar pela terra dando o melhor dos seus esforços a coletividade, patrioticamente, resignado com o destino que lhe impõe o dever de atirar flores, e receber, algumas vezes, pedras em retribuição”. O periódico enumera, nessa trajetória iluminada e desinteressante, argumentos que isentariam o jornal de críticas negativas. “Nunca retalhamos a reputação alheia. Jamais elogiamos por encomenda. Soubemos com desassomburada independência criticar os que não souberam se conduzir na sociedade” (O nosso..., 1934, p.1).

Em outro artigo, Demario chega a afirmar que o amor pela profissão vai ao extremo de sacrificar interesses pessoais. Ele enfatiza que é avesso a política, o que reitera em vários de seus artigos. Num desabafo, diz que, muitas vezes, sacrifica até o orçamento doméstico em favor de sua prática profissional: “...tenho empregado, perdulariamente, as minhas melhores energias, e não raro, sacrificado, as vezes, até parte do orçamento doméstico, suprimindo verbas destinadas ao conforto pessoal, para proporcionar o prazer da leitura de um jornal guarapuavano, aos filhos desta terra que é o meu berço natal” (Com licença..., 1934, p.1).

Considerações finais

Entender as operações discursivas através das quais o jornalismo atribui sentido a fatos, valores e conceitos é essencial para dar conta de como o jornalista constrói e legitima o seu lugar social. A análise dos discursos manifestos nos jornais propicia acompanhar o movimento das idéias que circulam em uma determinada época, o ideário e a prática política dos representantes da imprensa e de quem eles representam e como seus objetivos se aproximam e se afastam segundo conveniências do momento (Capelato, 1994). Nessa reflexão, muitas vezes mais importante que o conteúdo informativo do periódico é o comentário interpretativo que o rodeia.

Para Eliseo Verón, ler é fazer. Ele explica que todo suporte impresso contém várias estruturas enunciativas que lhe conferem uma identidade e constituem um contrato de leitura que o suporte propõe ao leitor, o qual se cumpre essencialmente no plano das modalidades do dizer, e não no plano do conteúdo. Dessa forma, cria-se um vínculo entre o suporte e seu leitor. O enunciador de discursos, através do contrato estabelecido pode, por exemplo, propor um lugar para o destinatário do discurso: participante da mensagem, expectador passivo, receptor mais ou menos informado, mais ou menos culto, mais ou menos capaz de notar alusões.

O conceito de contrato de leitura implica que o discurso de um suporte de imprensa seja um espaço imaginário onde percursos múltiplos são propostos ao leitor. (...) Ao longo de todo o seu percurso, o leitor reencontra personagens diferentes, que lhe propõem atividades diversas e com os quais ele sente mais ou menos desejo de estabelecer uma relação, conforme a imagem que eles lhes dão, a maneira como o tratam, a distância ou a intimidade que lhe propõem (Verón, 2005, p.236).

Percebe-se que A Cidade propõe ao seu público o lugar de uma coletividade que precisar ser guiada por homens letrados com uma “trajetória iluminada”. São eles quem serão capazes de julgar, exigir, defender e trazer à tona situações e informações. Esses são apenas alguns dos argumentos usados pelo jornalista para legitimar seu lugar social.

Para Verón, a análise textual não se fundamenta em propriedades imanentes ao texto, mas sim em um sistema de relações entre o texto, sua produção, circulação e consumo. “Em outras palavras, o texto é justamente o *lugar em que tal sistema se constitui enquanto produção discursiva de sentido*” (Verón, 2005, p.101). Assim, as condições de produção do texto deixam seu “rastro” no próprio texto.

Verón reitera que toda análise de discurso não é completa, ou seja, é um objetivo ilusório afirmar que a análise discursiva esgotou as possibilidades de leitura do texto. O discurso é uma zona tensional de diversificadas vozes, nunca tem um sentido único, uma voz solitária. Ao “desmontar” alguns dos discursos presentes em A Cidade, foi possível trazer à tona algumas leituras sobre como o jornalista se via e se legitimava perante a sociedade em meados de 1930, percebendo como muitas dessas idéias se solidificaram em uma memória histórica e como se relacionavam com conceitos e situações que circulavam na época, em Guarapuava.



Referências

- A CIDADE. 8 de dezembro 1934, p.3.
- A legalidade do Decreto n. 300. A Cidade, 11 de fevereiro de 1934.
- A posse do Conselho Consultivo. A Cidade, 8 de dezembro de 1933.
- A epidemia terrível que do tifo que está grassando no distrito do Juquiá toma caráter de verdadeira calamidade!. A Cidade, 18 de março de 1934.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.
- CAPELATO, Maria Helena Rolin. A imprensa na História do Brasil. 2ª ed. São Paulo: Contexto/Edusp, 1994.
- COM licença, sr. Interventor. A Cidade, 01 de julho de 1934.
- DIGA o que quer. A Cidade. 22 de julho de 1934.
- EDUARDO Schwartz – A nossa humilde homenagem. A Cidade, 6 de maio de 1934.
- EM face da informação, archive-se. A Cidade, 27 de maio de 1934.
- GUARAPUAVA vae abarrotar de trigo os mercados do Paraná!. A Cidade, 25 de março de 1934.
- INDUSTRIA animal – Suinocultura. A Cidade, 1º de abril de 1934.
- JUSTIÇA não se pede e não se implora! Justiça se exige e se impõe!. A Cidade, 20 de maio de 1934.
- O futuroso distrito de Campo Mourão, com a sua séde distante 40 léguas da cidade, não possui autoridades policiais!. A Cidade, 20 de maio de 1934.
- OLIVEIRA, Ricardo Costa de (org.). **A construção do Paraná Moderno: políticos e política no Governo do Paraná de 1930-1980**. Curitiba: SETI, 2004.
- O nosso primeiro aniversário. A Cidade. 15 de junho de 1934.
- O Ramal Riosinho-Guarapuava e o “Correio do Paraná”. A Cidade, 18 de março de 1934.
- O Sr. Mario de Paula e o “Diário dos Campos”. A Cidade. 8 de abril de 1934.
- PILOTTO, Osvaldo. **Cem anos de imprensa no Paraná (1854-1954)**. Coleção Estante Paranista. Ano I. Vol. I. Curitiba: Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1976.
- ROUPA suja se lava em casa. A Cidade. 11 de março de 1934.
- TENTATIVA de assassinato na pessoa do Snr. Mario de Paula, Agente Fiscal Federal. A Cidade, 13 de maio de 1934.
- TUDO indica que são sinceros os propósitos do sr. Interventor Manoel Ribas. A Cidade. 10 de junho de 1934.
- UM comovente gesto de perdão!. A Cidade, 24 de junho de 1934.
- VERÓN, Eliseo. **Fragments de um tecido**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2005.